

IZIDIO JORGE WLODKOWSKI

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DE CRÉDITO E SEUS PRINCIPAIS INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO DOS BANCOS ITAÚ E UNIBANCO NO PERÍODO DE JUNHO 2004 À JUNHO 2008.

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR, como requisito para a obtenção do título de especialista no Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças - 2007.

Orient.: Prof. Dr. Vicente Pacheco.

CURITIBA

2009

“Mantenha seus pensamentos positivos,
Porque seus pensamentos tornam-se suas palavras.

Mantenha suas palavras positivas,
Porque suas palavras tornam-se suas atitudes.

Mantenha suas atitudes positivas,
Porque suas atitudes tornam-se seus hábitos.

Mantenha seus hábitos positivos,
Porque seus hábitos tornam-se seus valores.

Mantenha seus valores positivos,
Porque seus valores tornam-se seu destino.”

Mahatma Gandhi

Aos meus familiares
Dedico

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição do Sistema Financeiro Nacional.....	1
Tabela 2 - Estrutura do banco Itaú.....	19
Tabela 3 - Segmentação de Mercado do banco Itaú.....	20
Tabela 4 - Segmentação de Mercado banco Unibanco.....	21
Tabela 5 – Dados dos bancos.....	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ativos de Crédito.....	40
Gráfico 2 – Crescimento Acumulado dos Ativos de Crédito.....	40
Gráfico 3 – Participação da Pessoa Física no Total de Ativos de Crédito.....	41
Gráfico 4 – Crescimento Acumulado dos Ativos de Crédito – Pessoa Física.....	41
Gráfico 5 - Participação da Pessoa Jurídica no Total de Ativos de Crédito.....	42
Gráfico 6 - Crescimento Acumulado dos Ativos de Crédito – Pessoa Jurídica.....	42
Gráfico 7 – Receita de Crédito	43
Gráfico 8 - Crescimento Acumulado da Receita de Crédito.....	43
Gráfico 9 - Saldo de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.....	44
Gráfico 10 – Crescimento Acumulado do Saldo de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.....	44
Gráfico 11 - Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.....	45
Gráfico 12 - Crescimento Acumulado da Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.....	45
Gráfico 13 – Receita de Crédito / Total de Ativos de Crédito	46
Gráfico 14 - Saldo de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa / Total de Ativos de Crédito.....	46
Gráfico 15 - Despesa de Provisão com Crédito de Liquidação Duvidosa / Total de Ativos de Crédito.....	47

RESUMO

WLODKOWSKI, Izidio J, Evolução dos ativos de crédito e seus principais indicadores de risco de crédito dos bancos Itaú e Unibanco no período de junho 2004 à junho 2008. Este trabalho apresenta a evolução dos ativos de crédito e seus principais indicadores de risco de crédito de dois grandes bancos privados brasileiros no período de Junho 2004 à Junho de 2008, período que antecede a fusão das duas instituições financeiras, e foi baseado nas demonstrações financeiras trimestrais que foram divulgados pelas empresas. Os resultados mostram que a evolução Itaú foi maior que a do Unibanco, tanto no volume dos ativos, na rentabilidade como na qualidade da Carteira de Crédito.

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	1
1.1.1 Histórico	2
1.1 OBJETIVOS.....	30
1.1.1 Objetivo Geral	30
1.1.2 Objetivo específico:.....	30
2 METODOLOGIA	31
2.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	31
2.1.1 Problema.....	31
2.1.2 Perguntas de pesquisa.....	31
2.2 DESIGN DA PESQUISA	32
2.2.1 Coleta de dados	32
3 LEVANTAMENTO DOS DADOS	33
3.1 Introdução.....	33
4 ANÁLISE DO PROBLEMA	34
4.1 Introdução.....	34
4.2 Desenvolvimento.....	34
4.2.1 Carteira de Crédito	34
4.2.2 Crescimento Acumulado da Carteira de Crédito.....	40
4.2.3 Composição da Carteira de Crédito	41
4.2.4 Receita de Crédito	42
4.2.5 Saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	43
4.2.6 Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	44
4.2.7 Indicadores	45
5 CONCLUSÃO	48
GLOSSÁRIO	49
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Financeiro Nacional - SFN passou por muitas mudanças nos últimos anos, principalmente no que diz respeito às instituições financeiras, as quais tiveram grandes expansões nos ativos, nas suas carteiras de crédito, na sua lucratividade e também ocorreram muitas aquisições e fusões, a mais recente deu origem ao maior grupo financeiro da América do Sul e um dos maiores do mundo, chamado Itaú Unibanco. Com base nisso, decide-se fazer um estudo da evolução das carteiras de crédito dos bancos Itaú S.A. e Unibanco no período que antecede a fusão das duas empresas.

O SFN é composto da seguinte forma:

Tabela 1: Composição do Sistema Financeiro Nacional

Órgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional - CMN	Banco Central do Brasil - Bacen	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras Bancos de Câmbio	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Bolsas de mercadorias e futuros	Bolsas de valores		
Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados - Susep	IRB-Brasil Resseguros	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC	Secretaria de Previdência Complementar - SPC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

Fonte: Site <http://www.bcb.gov.br/>

Dentro do SFN os Bancos Múltiplos com Carteira Comercial são considerados operadores e classificados como Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista.

Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou

de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista. Na sua denominação social deve constar a expressão "Banco" (Resolução CMN 2.099, de 1994).

1.1.1 Histórico

Principais fatos da economia brasileira desde 1940 que afetaram as instituições financeiras.

Com a entrada do Brasil na II Guerra, o governo brasileiro baixou medidas de represália econômica contra alemães e italianos. Uma dessas medidas determinou a liquidação de filiais de bancos cujas matrizes estivessem nos países inimigos, o que provocou o encerramento das atividades de diversos bancos tradicionais em São Paulo. Em seu lugar, entre 1943 e 1944, foram abertos 327 novos estabelecimentos bancários no Brasil, todos nacionais, dadas as condições favoráveis que se abriram: grande volume de moeda em circulação, necessidade de crédito por pequenos empresários interessados na indústria de substituição de importados, lacuna criada com o fechamento dos bancos estrangeiros e facilidades legais para esse estabelecimento.

Após cumprirem as formalidades legais, muitos desses banqueiros saíram à procura de depósitos de institutos (caixas de previdência e aposentadorias das diversas categorias profissionais) e passavam a operar com esses recursos, aplicando-os sem obedecer aos princípios básicos de técnica bancária, preferindo, na maioria das vezes, operações de cujos resultados o empresário pudesse participar individualmente.

Algumas instituições, sem capacidade para descontar os títulos comprometidos, recorriam à Caixa de Redescontos. O lucro provinha da diferença de juros e comissões pagas, pois, apesar da proliferação dos bancos, as taxas de juros continuavam das mais altas e sem nenhum tipo de controle. Poucas dessas instituições conseguiram sobreviver e foram desaparecendo durante as crises econômicas. Na tentativa de reverter esse processo, em 1944 o Estado restabeleceu a Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, fixando valores mínimos de capital inicial para o funcionamento de novos bancos. Gradativamente, iniciou-se uma redução das matrizes de bancos que atuavam no país, permanecendo aqueles que, pelo desempenho nos negócios, tiveram condições de atuar de maneira mais sólida e menos vulnerável às alterações da economia.

Mas era necessário conferir confiabilidade aos bancos. E, para evitar situações de crise descontrolada na área bancária, com implicações em toda a economia do país, o governo passou a intervir no sistema, garantindo seu funcionamento. Assim, em 1945, nova reformulação no sistema financeiro criou a SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito, com o objetivo de exercer o controle monetário e preparar a organização de um Banco Central para o país. A SUMOC supervisionava a atuação dos bancos comerciais, orientava a política cambial e representava o país em organismos financeiros internacionais.

Após o período de afastamento, Getúlio Vargas foi reeleito presidente em 1950. Retomando as idéias desenvolvidas durante o Estado Novo, o governo promoveu diversas medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. A plataforma do governo refletia a tendência dos anos anteriores, com planos de industrialização reforçados por um novo caráter nacionalista. Segundo o governo, era preciso dotar o Brasil da infra-estrutura necessária para a expansão industrial. Para isso, seriam necessários investimentos públicos no sistema de transporte e energia. Essa foi a tônica da década. Assim foram criados o BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - e a Petrobrás.

Já para o Sistema Financeiro, a necessidade de maior movimentação de capitais e, sobretudo, de financiamentos em longo prazo trouxe à pauta de discussões do

Congresso Nacional a questão da ampliação do sistema financeiro e a criação de um Banco Central, preocupação que vinha desde a Revolução de 1930, quando o governo provisório contratou um técnico inglês encarregado de estudar e buscar alternativas para assuntos bancários. Otto Niemeyer propunha a criação de uma instituição regulamentadora, chamada na ocasião de Banco Central de Reservas do Brasil.

A partir da implantação da Lei do Sistema Financeiro Nacional ("Lei da Reforma Bancária"), em dezembro de 1964, e da Lei de Regulamentação do Mercado de Capitais, em julho de 1965, foram estabelecidas a nova estrutura e as novas regras dentro das quais o sistema financeiro deveria operar. A SUMOC foi extinta e, em seu lugar, o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional passaram a determinar a condução da política monetária e de crédito no país. Paralelamente, a operação do sistema bancário também passava por mudanças. A emancipação feminina e a participação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho influenciaram vários setores da economia, entre eles o sistema bancário. Até então, mulheres casadas só podiam abrir conta em banco com a autorização do marido. Em 1962, o governo revê sua posição e criou uma lei concedendo esse direito à mulher. Também a jornada de trabalho dos bancários foi reduzida, mediante acordo entre banqueiros e o sindicato dos bancários, eliminando o trabalho aos sábados. Com isso, a compensação dos cheques foi transferida de sexta para segunda-feira.

A década de 70 marcou também uma fase de grande crescimento do Sistema Financeiro do Brasil. Apoiada no "Milagre Brasileiro", a rede de bancos também passou a crescer. "Eu te amo meu Brasil..." Os bordões oficiais contagiavam a população brasileira, impregnando de euforia e crença na prosperidade a tão amada pátria Brasil. Esses apelos fizeram com que parte considerável da população acreditasse que, poupando, também estaria participando e impulsionando o progresso do país. A poupança e as letras de câmbio constituíam as formas prediletas do pequeno e médio poupador. O período do "Milagre" atingiu um novo público, que ganhou mais espaço na rede bancária: a classe média. O consumo foi incrementado e a criação de novos produtos de financiamento tornou-se muito atrativa para os bancos e para os clientes.

A partir de 1974, com o crescimento da inflação, os bancos passaram a investir fortemente em tecnologia, para ampliar a capacidade de atendimento em suas agências. Iniciava-se uma corrida pelo desenvolvimento de novas tecnologias, que culminariam com a criação do Banco Eletrônico no final da década, o que resultou em uma concorrência entre os bancos cada vez mais acirrada, com o fortalecimento das campanhas de marketing.

Entre 1980 e 1981, as prisões de líderes sindicais da região do ABC paulista, entre eles Luis Inácio da Silva (o Lula), presidente do recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT), além de atentados terroristas na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e no Centro de Convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro, revelavam as grandes dificuldades do processo de Abertura Política. Em 1984, o país mobilizou-se em favor da aprovação da emenda constitucional para o restabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República. A campanha das "Diretas Já" espalhava-se em grandes comícios, passeatas e manifestações por todo o país. Apesar disso, em 25 de abril de 1984, a emenda foi derrotada no Congresso.

Ao mesmo tempo a crise econômica se aprofundou, mergulhando o Brasil na inflação e na recessão. Cada vez mais os partidos de oposição cresciam e os sindicatos e as entidades de classe fortaleciam-se. A mobilização popular forçou a transição para a democracia, negociada entre a oposição política e o regime militar. Os entendimentos foram articulados pelo governador mineiro Tancredo Neves, um dos líderes oposicionistas. Integrando a Aliança Democrática, formada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL), Tancredo Neves foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985. Tancredo não chegou a tomar posse, pois logo após a eleição adoeceu, falecendo em 21 de abril. Seu vice, José Sarney, assumiu a Presidência. A eleição marcou o fim da ditadura militar, mas o processo de redemocratização só se completou em 1988, com a promulgação da nova Constituição.

A partir de 1986, o Brasil passou por diversos planos de estabilização econômica, todos com o mesmo objetivo: acabar com a inflação - cada vez mais fora de controle -- e criar condições favoráveis para um desenvolvimento econômico sustentado. O primeiro foi o Plano Cruzado, implantado em fevereiro de 1986 pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, do governo José Sarney. O Plano Cruzado combinava austeridade fiscal e monetária com a preocupação de elevar a renda dos assalariados. A moeda passou de cruzeiro para cruzado, com o congelamento de preços e salários e a extinção da correção monetária. Ao mesmo tempo, foi criado o seguro-desemprego e o gatilho salarial. O cálculo da inflação passou a levar em conta apenas o custo de vida das famílias com renda até cinco salários mínimos.

Entretanto, as medidas necessárias de ajuste do Plano, chamadas de Cruzado II, como o aumento de preço dos serviços públicos e de alguns produtos de consumo, foram adiadas para depois das eleições de novembro de 1986, comprometendo o equilíbrio e a eficácia de todo o programa de estabilização. No plano externo, o governo decretou a moratória e suspendeu o pagamento das dívidas do país. Após um ano, a inflação voltava à casa dos 20% ao mês.

Em 1987, o novo ministro da Fazenda do governo Sarney, Luís Carlos Bresser Pereira, lançou o Plano Bresser, voltado principalmente para o equilíbrio das contas públicas. Além do congelamento de preços e salários, o plano aumentava as tarifas públicas e extinguiu o gatilho salarial. No plano externo, a moratória foi mantida. Como o Cruzado, o Plano Bresser também não deu resultado no que se referia ao controle da inflação. Provocou perdas salariais e retaliações de governos estrangeiros, por causa do não-pagamento da dívida externa.

Dois anos depois, em 1989, o ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega implantou o Plano Verão. Novamente, buscava deter a inflação pelo controle do déficit público, privatização de empresas estatais, demissão de funcionários e retração da demanda interna. Nesse plano, a moeda passou a ser o Cruzado Novo. O Plano Verão causou forte recessão, além de não evitar a elevação da inflação.

No plano do Sistema Financeiro, o início da década de 80 foi marcado pela consolidação das novas tecnologias de informática no processamento bancário. Os

grandes bancos corriam contra o tempo na implantação de novos sistemas e na ampliação dos serviços oferecidos aos clientes. O processo inflacionário mantinha-se, gerando grandes lucros às instituições financeiras. Desde o empresário até o assalariado, todos utilizavam caderneta de poupança, RDB, CDB, letras de câmbio, operações de overnight e os cartões de crédito, para proteger seu o dinheiro da desvalorização. Apesar do pouco tempo que durou, o Plano Cruzado, o primeiro dos planos econômicos de estabilização, obrigou os bancos a se adaptarem à nova situação, reduzindo drasticamente seus custos. Ao mesmo tempo, o processo de reordenação do Sistema Financeiro se estendeu até o final da década. A Constituição de 1988 contribuiu para definir melhor a atuação do Banco Central, prevendo uma nova reforma do Sistema Financeiro, em substituição à Reforma de 1964.

Até então, o Sistema Financeiro do Brasil funcionava com instituições especializadas por área de atuação. A partir dali as instituições financeiras passaram a ser "instituições universais", podendo atuar em diversas áreas. Com isso, os bancos comerciais passaram a ser bancos múltiplos. A nova legislação possibilitou também a expansão acelerada do sistema bancário, dobrando o número de instituições nos anos seguintes.

A década de 90 foi marcada pelo final da fase de transição democrática e início da consolidação da Democracia no Brasil. Em 1990, tomou posse o primeiro presidente eleito em eleições diretas desde 1960, Fernando Collor de Melo, ex-governador de Alagoas. Entre suas promessas de campanha estavam o fim da inflação, a moralização política e a modernização econômica do país, com a redução da atuação do Estado na economia.

O início da década 90 também foi marcado por mudanças na política econômica brasileira. O Plano Collor foi anunciado no dia seguinte à posse do novo presidente. Em nome do combate à inflação, a equipe da ministra Zélia Cardoso de Melo elaborou um plano que foi considerado o maior choque da história econômica do país. Foi editado um pacote de medidas que promoveram um grande confisco monetário, bloqueando o dinheiro depositado em contas correntes e poupanças de todos os bancos do país, acima do limite de R\$ 50 mil cruzeiros (na época correspondentes a U\$ 50,00).

Por outro lado, a política de redução das alíquotas de importação permitiu a entrada no país de grande variedade de bens de consumo. Enquanto muitas empresas não suportaram a concorrência estrangeira, outras importaram tecnologia para modernizar suas linhas de produção. Segundo o BNDES, entre 1990 e 1995, a participação dos insumos e produtos importados na indústria passou de 6% para 15,6%.

Outra grande mudança registrada no Brasil a partir dos anos 90 foi o avanço do programa de privatizações. Setores como o siderúrgico, petroquímico, de informática e serviços públicos, principalmente de telecomunicações, eletricidade, transporte e saneamento, passaram a ser explorados pelo capital privado, em muitos casos, transnacional. Números do Programa Nacional de Desestatização (PND) apontam que, até o início de 2000, os resultados obtidos foram a privatização de 65 empresas e a concessão de 58 serviços públicos.

Todavia, as promessas da campanha presidencial mostraram-se um engodo. Em 1992, foi instalada uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar um número impressionante de denúncias de corrupção contra o governo. Após uma extensa investigação, os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil encaminharam à Câmara o Pedido de Impeachment do presidente. Após o impeachment de Fernando Collor de Mello, assumiu a presidência o vice, Itamar Franco. A partir daí, no ano seguinte, teve início a organização do mais bem-sucedido plano econômico realizado no Brasil até então.

As primeiras medidas de estabilização da economia que levaram ao Plano Real foram tomadas em 1993, com a criação da URV - Unidade Real de Valor, um indexador de preços e salários que deveria acompanhar a evolução do mercado. Diferentemente dos planos anteriores, as novas medidas buscavam obter a estabilização sem usar recursos tradicionais como o congelamento de preços e salários. Durante um ano, a URV preparou a estabilização e a implantação da nova moeda. Em 1.7.1994, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, lançou o Plano Real, convertendo a URV na nova moeda, o Real. As medidas visavam conter

os gastos públicos, acelerar o processo de privatização das estatais, controlar a demanda por meio da elevação dos juros e pressionar diretamente os preços pela facilitação das importações. O programa previa a continuação da abertura econômica do país, com medidas de apoio à modernização das empresas brasileiras. Eleito presidente, Fernando Henrique Cardoso tomou posse em 1995, dando continuidade ao Plano Real, que apresentava bons resultados no combate à inflação.

Durante os anos seguintes, os programas de privatizações ganharam força cada vez maior, especialmente nas áreas de energia, telecomunicações e financeira, com a privatização de diversos bancos estatais a partir de 1996. Em 1998, após a aprovação da Emenda Constitucional que possibilitava a reeleição de ocupantes de cargos executivos, e apoiado pelos bons resultados obtidos até então com o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito presidente. Como já havia ocorrido no passado, as medidas de ajustes do plano foram deixadas para o início do novo mandato, criando um período de instabilidade política e econômica.

Em janeiro de 1999, o governo liberou o câmbio, permitindo a flutuação do dólar pela primeira vez desde o início do Plano Real. Num primeiro momento, essa mudança e a incerteza de seu sucesso trouxeram instabilidade aos mercados financeiros. Ao mesmo tempo, a demora na realização dos ajustes necessários e os altos índices das taxas de juros provocaram a elevação da inflação, revertendo a tendência de queda que se mantinha desde 1995. Após os ajustes necessários, a economia brasileira conseguiu equilibrar a política monetária, cambial e fiscal.

A concentração bancária foi um dos fenômenos mais marcantes no setor financeiro na década de 90, observada pela diminuição do número de bancos comerciais em operação no país, invertendo a tendência apresentada a partir de 1988. Em 1997, havia 206 instituições bancárias em operação; em 2000, esse número passou para 175. Simultaneamente, a redução da inflação após 1994 fez desaparecerem os ganhos obtidos pelo sistema financeiro e demonstrou a fragilidade de muitas instituições bancárias, que não conseguiram adaptar-se à nova realidade econômica do país.

A privatização do setor bancário contribuiu para essa evolução, com a aquisição de bancos estaduais por grupos brasileiros e internacionais. A volta da internacionalização do setor financeiro foi outra característica do final da década de 90. A participação do controle estrangeiro, que era de 7% em 1994, passou para 33% em 2000.

O ano de 2002 foi marcado pelas eleições presidenciais. Após três candidaturas frustradas, Luiz Inácio Lula da Silva elegeu-se presidente da República em primeiro turno. Ex-metalúrgico, sindicalista e presidente do Partido dos Trabalhadores, candidato derrotado no pleito que elegeu Fernando Collor de Melo e duas vezes nas eleições contra Fernando Henrique Cardoso, sua vitória aconteceu em meio a uma grande desconfiança em relação aos títulos públicos brasileiros.

Por ter sido o primeiro ano da gestão Lula, 2003 rendeu ao presidente uma espécie de trégua política para promover um duro ajuste econômico. E o primeiro ano de mandato surpreendeu positivamente. A política adotada pelo presidente, de austeridade fiscal, com respeito aos contratos, honrando pontualmente os compromissos, e o controle da inflação tranquilizaram o mercado nacional e o internacional. Para o Brasil, a eleição do presidente Lula foi muito importante do ponto de vista institucional. Com efeito, foi alçado à condição de presidente um representante da esquerda que não defendeu posições populistas.

O ano de 2004 mostrou-se mais difícil politicamente do que 2003. Mas houve boas notícias na economia e aumento da popularidade presidencial.

Em 2005, a imagem do governo de Luiz Inácio Lula da Silva sofreu sucessivos golpes, com denúncias de corrupção envolvendo políticos. Após a instalação de CPIs para apurar as denúncias sobre um suposto esquema de corrupção, a crise política desencadeada resultou na queda de dois dos principais ministros do Planalto - José Dirceu (ex-Casa Civil) e Luiz Gushiken (ex-Secretaria de Comunicação de Governo) - e na renúncia do presidente do PT, José Genoíno.

Ao final de 2005, a imagem abalada do presidente Lula deu margem para o surgimento de outros postulantes ao cargo presidencial com chances de vitória nas

eleições de 2006.

Em 2001, o Brasil passou por vários choques externos, como a crise da Argentina, da Turquia e a desaceleração da economia americana, o Brasil chegou ao final de 2001 menos vulnerável em relação às crises internacionais, e o nosso balanço comercial encerrou o ano com um superávit em torno de US\$2 bilhões.

Em 2002, a estabilidade de preços do Plano Real sofre um abalo. A inflação alta volta a assustar os brasileiros, batendo recordes de alta no mês de outubro. Com a disparada do dólar, gasolina e alimentos ficaram mais caros.

Em 2003, primeiro ano do governo Lula, a equipe econômica do presidente optou por manter uma política econômica austera de juros altos e medidas conservadoras. A produção industrial parou e as vendas do comércio desabaram, o produto interno bruto (o valor dos bens e serviços finais produzidos pelo país no ano - PIB) subiu muito pouco. Por outro lado, a inflação começou a ser controlada e o governo chega ao final de 2003 com leves sinais de retomada do crescimento, com o PIB do penúltimo trimestre apontando para um tímido crescimento de 0,4%. A bolsa de valores teve um excelente desempenho, com índice de valorização de quase 100%.

A economia cresceu vigorosamente em 2004, fechando o ano com superávit comercial. O PIB cresceu 4,9%. Os juros começaram o ano em 16,5%, mostraram um ligeiro movimento de queda no primeiro semestre, mas acabaram o ano em 17,75%. Este aumento foi causado por um recrudescimento da inflação, que acabou fechando o ano em 7,6%.

Ao longo de 2005, setores como a indústria e a agricultura acusaram um menor crescimento atribuído às taxas de juros reais. Estas mantiveram-se elevadas todo o ano. A valorização do real em relação ao dólar também contribuiu para a menor expansão da atividade econômica. A taxa real média foi de 12,7% ao ano.

Momentos difíceis atingiram a agropecuária brasileira em 2005. Estiagem na região Sul, que acabou com as lavouras, queda dos preços das "commodities" agrícolas no mercado internacional, falta de crédito e aumento dos custos de produção fizeram o

setor perder renda, produção e produtividade. Como se não bastasse, a febre aftosa que acometeu a criação de gado em vários estados afetou boa parte dos pecuaristas que haviam trocado as lavouras de grãos pela criação de gado.

O bom desempenho desse ano, todavia, ficou com as exportações, que proporcionaram ao país fechar 2005 com saldo no balanço comercial superior a US\$44,7 bilhões.

Em geral, a economia derrapou em 2005, crescendo apenas 2,3%, metade da média mundial, um terço da Argentina.

Em 2004, a opção da economia brasileira em conter a inflação causou o aumento da taxa básica de juros a partir de setembro. Isso assegurou um juro real mais baixo e uma expansão da atividade econômica. Foi um ano de aumento de crédito ao setor privado, que se elevou 10,4% em termos reais. O crescimento da economia e o vigoroso aumento do crédito foram os motores dos resultados positivos do setor financeiro.

O setor bancário teve bons lucros em 2005, e a política de crédito dos grandes bancos nunca esteve tão em alta, financiando o consumo e as empresas. A boa lucratividade foi em grande parte devida à expansão das carteiras de crédito.

As eleições de 2006 transcorreram dentro da normalidade institucional. As pesquisas de opinião mostraram consistentemente a vantagem do presidente Lula sobre seu maior opositor, Geraldo Alckmin, do PSDB. Em junho, Lula tinha 46% das intenções de voto, enquanto Alckmin, 31%. Antes da eleição, as preferências pelo candidato Lula tinham caído para 43% e as de Alckmin tinham subido para 33%. A eleição teve de ser resolvida em segundo turno. Entretanto, no segundo turno, Lula foi eleito com 61% dos votos válidos e Alckmin ficou com 39%.

O presidente eleito obteve também uma base de apoio maior que a conquistada no primeiro mandato. O PMDB ficou com a maior bancada na câmara (93 deputados) e o maior número de governantes eleitos, de maneira que o quadro eleitoral mudou. O governo, depois de eleito, passou a trabalhar para conseguir o apoio do PMDB. Com

uma base de apoio maior, existe a possibilidade de que algumas reformas propostas pelo governo venham a ser aprovadas no Congresso.

A reeleição do presidente Lula e a garantia de continuidade das políticas por ele adotadas asseguraram a estabilidade nos mercados após a eleição.

No cenário econômico, o balanço de 2006 é positivo. O poder de compra do salário mínimo cresceu 33%. E se, antes, segundo a antiga metodologia de cálculo do ritmo da atividade econômica, o PIB nacional (a soma de todas as riquezas produzidas no país) fechava o ano com fraco desempenho (2,9%), na revisão do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, anunciada no final de março de 2007, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro saltou para 3,7%.

Três atividades, que respondem por 47,9% do setor de serviços, foram as principais responsáveis pelo forte ajuste no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da série antiga para a nova: financeiros, administração pública e aluguéis. O setor de serviços, que ganhou peso maior e já responde por 64% da economia, avançou 3,7% e foi um dos principais responsáveis pela expansão mais forte da economia em 2006 na nova série do PIB. Isso ocorreu por conta dos ajustes metodológicos, que revelaram crescimentos maiores do que os apurados anteriormente em serviços financeiros (6,1%), aluguel (4,3%) e administração pública (3,1%).

Na média anual do primeiro governo do presidente Lula (2003-2006), o crescimento da economia ficou em 3,4%, mais do que os 2,7% antes da revisão metodológica, e maior do que os 2,3% de 2005. O resultado se deve à forte recuperação da economia no quarto trimestre do ano, comandada pelos investimentos, pelo consumo das famílias e pela indústria.

Por outro lado, o dólar barato, cuja cotação atingiu R\$ 2,1380 ao final de dezembro de 2006 (ante R\$ 2,3407 na mesma data do ano anterior), derrubou a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor), que chegou no final do ano em 3,14%, abaixo do centro da meta. O controle da inflação foi um dos argumentos para reduzir a taxa de juros.

O juro básico da economia (taxa Selic) teve redução de 4,75 pontos percentuais no ano e terminou 2006 em seu patamar nominal mais baixo, 13,25% a.a., ainda assim um dos mais altos do mundo.

A boa surpresa ficou por conta do risco-Brasil (que mede diariamente o grau de confiança dos investidores estrangeiros no pagamento ou no resgate de títulos da dívida brasileira), que fechou o ano financeiro abaixo dos 200 pontos (pela terceira vez), confirmando todos os prognósticos que mostram o país caminhando para uma condição de "investment grade" (grau de investimento), capaz de atrair investimentos estrangeiros.

A taxa de investimento melhorou em 2006 em comparação com a taxa de 2005, atingindo 16,8%, enquanto em 2005 alcançou apenas 16%. Mesmo assim, essa taxa continua muito baixa para padrões internacionais. A recuperação do investimento vem acontecendo graças à elevação dos níveis de renda, aos juros menores praticados em 2006 e à valorização do real que vem reduzindo o custo dos bens de capital importados.

O país, em 2006, chegou à auto-suficiência em petróleo. A Petrobras, referência internacional na exploração de petróleo em águas profundas, tornou-se, em 2006, auto-suficiente na produção de petróleo, com o início de produção da plataforma P-50, no Campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos. Mas nem tudo foram flores no caminho da estatal, que teve de enfrentar alguns percalços na Bolívia, com suas refinarias confiscadas pelo governo.

No mercado imobiliário, 2006 foi o melhor ano em quase duas décadas, segundo a Abecip - Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança. O crédito imobiliário praticamente dobrou em 2006, atingindo R\$ 9,5 bilhões. E as razões do crescimento desse mercado, segundo os bancos, foram a redução da taxa de juros básica (Selic), maior segurança jurídica e crescimento da massa salarial.

Entre as medidas baixadas pelo governo no ano passado, estão a redução do IPI de vários materiais de construção, o financiamento com prestações fixas para imóveis

até 350 mil reais e o crédito consignado para aquisição de moradia.

Em 2006, foram financiadas cerca de 522 mil unidades habitacionais, com recursos do FGTS e da caderneta de poupança, com um volume de financiamentos de R\$ 17,7 bilhões. Foi a primeira vez que se superou 100 mil unidades desde 1988 com recursos da poupança.

A flexibilização da política monetária e a elevação da massa real de salários levaram a demanda interna a influenciar o nível de atividade. Investimento e consumo aumentaram mais que o PIB, com reflexos significativos nas atividades de crédito.

Com o aumento do crédito, houve expansão das captações do setor bancário e, ao mesmo tempo, da inadimplência.

O ano de 2006 foi marcado pela animação dos investidores em relação à economia brasileira. Embora fraco, o crescimento da economia e o vigoroso aumento do crédito, com ênfase na expansão das carteiras ao consumidor e à pessoa jurídica, foram os motores dos resultados positivos do setor financeiro.

O crescimento do crédito com recursos livres permaneceu significativo em 2006 (23,6%). Como resultado, o crédito total do sistema financeiro atingiu, em dezembro, 34,3% do PIB.

Todavia, com a expansão do crédito, veio a elevação da inadimplência, no âmbito tanto das pessoas físicas quanto das pessoas jurídicas. Os percentuais registrados foram maiores em relação a 2005.

O mercado de capitais apresentou grande dinamismo, com crescimento elevado nas captações. A captação da caderneta também cresceu: o resultado líquido do ano foi de R\$ 4,9 bilhões.

Bons ventos bateram no mercado de ações: a Bovespa registrou recorde de alta. Em 2006, o Ibovespa acumulou alta de 32,9%, o que fez da Bolsa a aplicação mais rentável do ano, após superar por 29 vezes suas máximas históricas de pontuação,

encerrando o mês de dezembro com 44.473 mil pontos.

Também esteve em alta em 2006, no mercado financeiro, a onda de compras e fusões. Dois dos maiores bancos fizeram suas opções: o Itaú adquiriu o Bank Boston e o Bradesco, a operadora de cartões American Express.

A significativa queda das taxas de juros na economia brasileira, principalmente nos últimos meses do ano, e o aumento da volatilidade mandaram uma mensagem ao mercado, sinalizando mudanças de oportunidades nos investimentos para o início de 2007.

2007 iniciou-se com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva em seu segundo mandato no governo. Turbulências permearam o cenário político, com crises parlamentares se sucedendo ao longo do ano. Três ministros deixaram o governo. O então presidente do senado Renan Calheiros teve que renunciar. No Judiciário, os tribunais superiores se ocuparam com o caso do mensalão e tomaram decisões que colocaram limites às trocas de partido dos parlamentares.

No final do ano, o governo ainda sofreu outro revés, com a derrota no Senado na tentativa de prorrogar a CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. O governo federal estima-se que tenha perdido R\$ 40 bilhões, que resultariam da cobrança da taxa de 0,38% sobre a maioria das transações bancárias, que deixou de existir no primeiro dia de janeiro de 2008.

Em compensação, a base governista fechou um acordo e conseguiu aprovar, na mesma proposta de emenda à Constituição, a prorrogação da DRU (Desvinculação das Receitas da União) até 2011. Graças à DRU, o governo consegue ter flexibilidade de caixa para usar receitas que são vinculadas a alguns setores sem violar a Constituição.

Logo após o início do segundo mandato, o governo Lula lançou o que denominou PAC - Programa de Aceleração do Crescimento (2007/2010), um conjunto de regras, compromissos de ação e diretrizes de governo que objetivam crescimento econômico de 5% ao ano de maneira sustentável, redução da pobreza e da desigualdade social, preservando a estabilidade de preços e reduzindo

progressivamente o endividamento do Estado.

Na esteira dessas propostas, o desempenho da economia do país em 2007 foi positivo em vários aspectos. A começar pelos alicerces desse crescimento que foram a expansão dos investimentos e a ampliação do consumo interno, incentivada pela redução da taxa básica de juros (Selic). Redução que durou quase dois anos e foi interrompida em outubro, quando o Banco Central manteve a Selic em 11,25% ao ano, temendo um crescimento ainda maior do consumo, sem a contrapartida da oferta de produtos.

O dólar experimentou sua segunda maior desvalorização nominal na história do país, chegando a 17,2% frente ao real – a primeira foi em 2003, quando acumulou queda de 18,23%.

A contínua valorização do real ao longo do ano, somada à ampliação do consumo interno, elevou o nível das importações, que alcançaram US\$ 120,6 bilhões. As exportações, por sua vez, graças ao aquecimento do comércio mundial, não decepcionaram em matéria de desempenho, atingindo US\$ 160,6 bilhões, mantendo um significativo saldo da balança comercial, que fechou o ano com um superávit de US\$ 40 bilhões (13,8% inferior ao resultado de 2006, quando foi de US\$ 46,5 bilhões).

A economia cresceu 5,4% e a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ficou em 4,46%, segundo o IBGE, na meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional de 4,5%.

A economia norte-americana começou a desacelerar-se, cresceu apenas 0,6% a.a. no quarto trimestre de 2007 em comparação ao terceiro trimestre, causando queda do preço dos imóveis. Isto causou uma onda de inadimplência que atingiu principalmente os empréstimos hipotecários de alto risco (subprime). Houve uma contração de liquidez nos EUA e fortes perdas de crédito. O Banco Central Norte-americano, o Banco Central Europeu e o Banco da Inglaterra agiram de modo a prover liquidez e baixas taxas de juros. O impacto dessa crise no Brasil deverá ser pequeno, pois a economia de nosso país depende muito do preço internacional das

commodities, que nada sofreu até agora.

O mercado financeiro manteve-se aquecido em 2007, com a crescente demanda por crédito tanto no segmento de pessoa física quanto no segmento de pessoa jurídica, mantendo a tendência de expansão dos últimos anos. Para a pessoa física, ganharam destaque, no âmbito dos empréstimos com recursos livres, os empréstimos voltados para financiar veículos (aumento de 28% no ano), o crédito consignado (34%), cartão de crédito (29%) e o financiamento imobiliário (87%). Já para a pessoa jurídica, foram expressivos os empréstimos para capital de giro (elevação de 44% em 2007). O crescimento do crédito veio acompanhado da redução da inadimplência, diferentemente do que ocorreu em 2006.

A caderneta de poupança e os depósitos a vista apresentaram um desempenho notável. O saldo da caderneta de poupança aumentou mais de R\$ 46 bilhões, alcançando R\$ 234,7 bilhões no fim de 2007. Valor 25,% maior que o de 2006. Ao mesmo tempo, o saldo em depósitos a vista aumentou 31% no ano, atingindo R\$ 131,3 bilhões em dezembro de 2007.

O mercado de capitais foi um dos grandes destaques do país este ano, com número recorde de empresas realizando emissões iniciais de ações (IPOs na sigla em Inglês) no valor de R\$ 29 bilhões. Mais que o dobro das de 2006.

Melhor investimento do ano, o Ibovespa encerrou 2007 valorizado em 43,7%, aos 63.886 pontos, registrando a quinta alta anual consecutiva da bolsa brasileira, uma das mais rentáveis do mundo.

Até o final do ano, graças à ausência material de exposição dos bancos brasileiros ao mercado subprime imobiliário norte-americano e à solidez dos indicadores financeiros do país com o exterior, o impacto da crise norte-americana não havia atingido o mercado financeiro nacional.

Informações sobre o Banco Itaú

Perfil da empresa

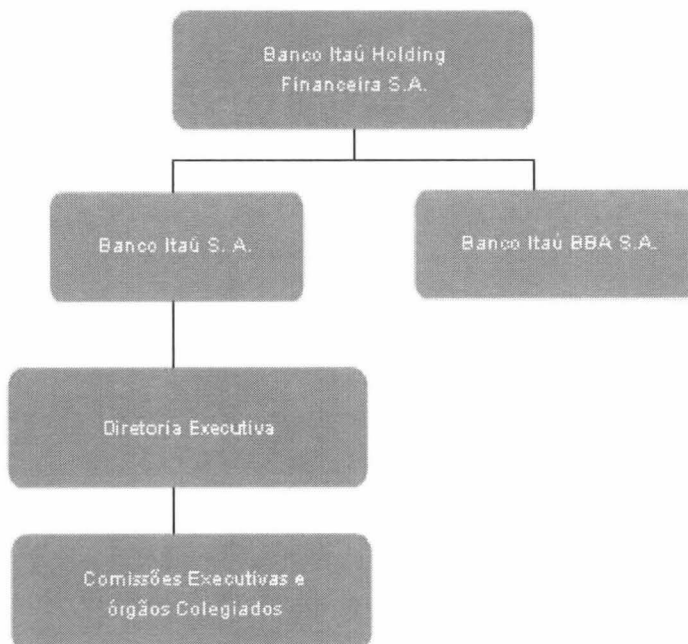
A conduta ética, a transparência, boas práticas de governança corporativa, foco na prestação de serviços financeiros e busca de rentabilidade, resultados e performance com segurança são características do Itaú.

História do Itaú

A trajetória do Banco Itaú é marcada por conquistas e por pioneirismo. Cada década contribui para o amadurecimento de um banco focado em tecnologia e inovação sem deixar de lado um patrimônio fundamental : as pessoas e a sociedade na qual está inserido.

Administração

Tabela 2: Estrutura do banco Itaú



Fonte: Banco Itaú, em <http://www.itaú.com.br>

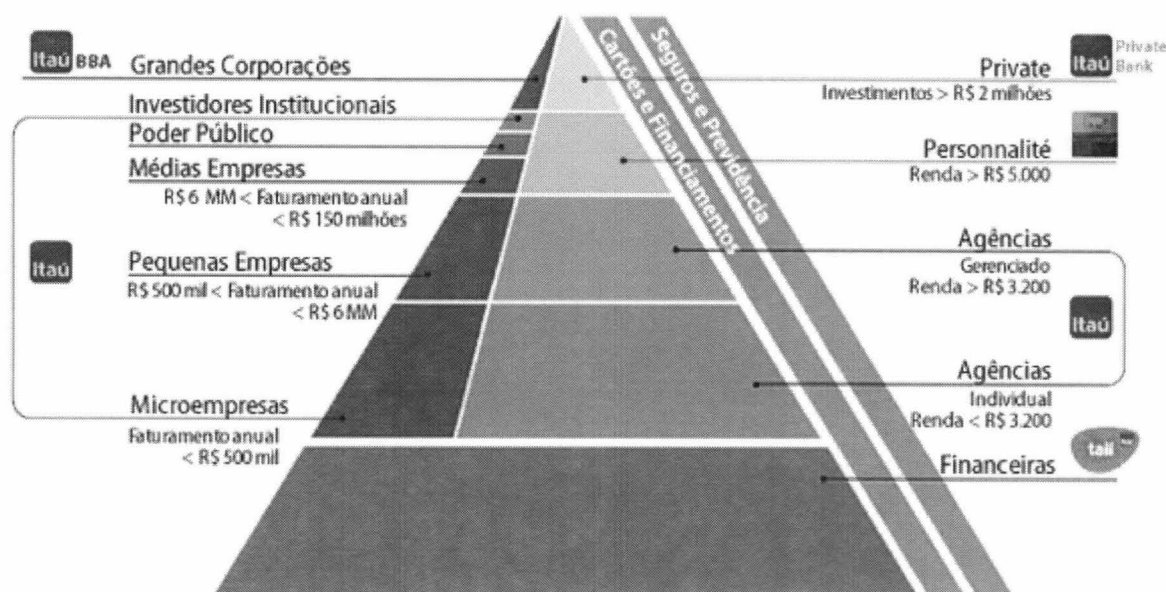
Segmentação

Há mais de 20 anos, o Banco Itaú Holding Financeira opera com uma estrutura de segmentação de mercado bem definida, permitindo fornecer produtos e serviços

direcionados a cada perfil de cliente. Clique aqui para saber mais sobre cada um desses perfis.

Tabela 3: Segmentação de Mercado do banco Itaú

Segmentação de Mercado



Fonte: Banco Itaú, em <http://www.itaú.com.br>

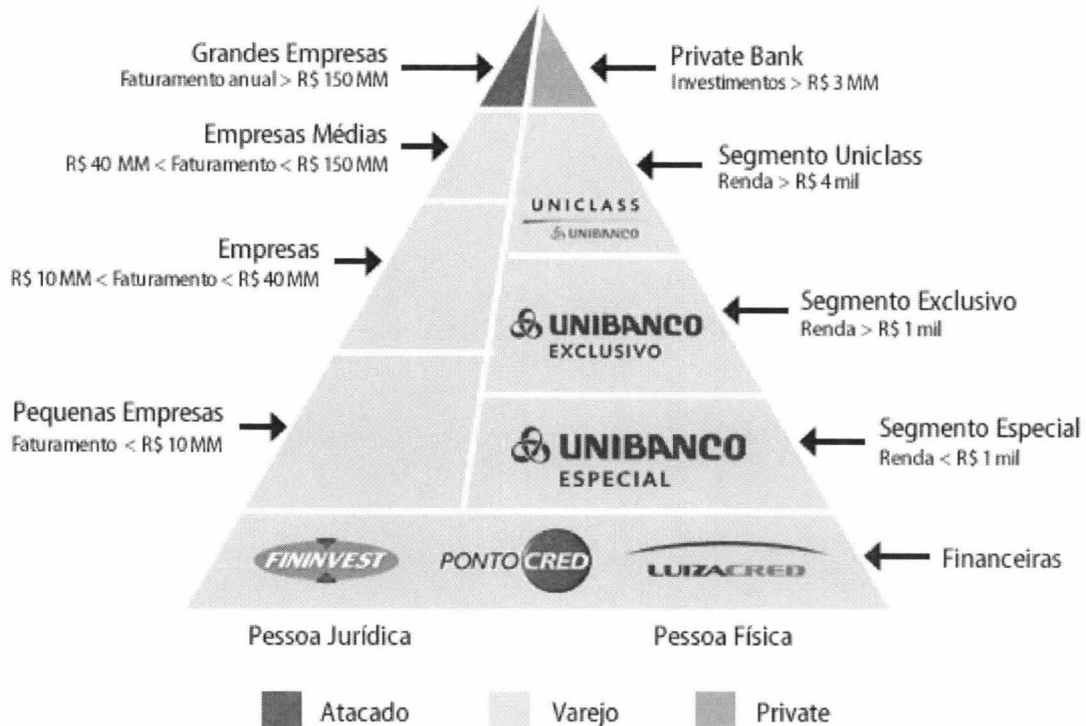
Observando uma estratégia de segmentação adotada há mais de 20 anos, o Itaú dispõe de estruturas, produtos e serviços desenvolvidos para atender às necessidades específicas dos mais diversos perfis de clientes, incluindo pessoas físicas e microempresas, pequenas empresas, médias empresas, poder público, investidores institucionais, pessoas físicas de alta renda e clientes com elevado patrimônio financeiro.

Além disso, o Itaú também administra negócios de underwriting, custódia, corretagem de valores mobiliários, cartões de crédito, consórcios, seguros, capitalização e previdência privada, financiamento de veículos e operações de financiamentos para não-correntistas das classes econômicas "C" e "D".

Informações sobre o Banco Unibanco

Tabela 4: Segmentação de Mercado banco Unibanco

Unibanco - Segmentação de Mercado



Fonte: Banco Unibanco, em <http://www.unibanco.com.br>

O Unibanco atende seus clientes de maneira segmentada desde o início da década de 90, com uma oferta de produtos e serviços diferenciados e sob medida para aumentar sua competitividade no mercado. Os clientes pessoas físicas são segmentados em grupos diferentes: clientes com renda mensal de mais de R\$ 4.000 (Uniclass), clientes com renda mensal entre R\$ 1.000 e R\$ 4.000 (Exclusivo) e clientes com renda mensal inferior a R\$ 1.000 (Especial).

Já o Private Bank objetiva atender a pessoas físicas possuidoras de um grande patrimônio e carteiras de investimento potenciais superiores a R\$ 3 milhões.

Também desenvolvemos uma forte presença no setor de financiamento ao consumo, por meio de nossas subsidiárias Fininvest, HiperCard, Unicard e Dibens, bem como de nossas parcerias estratégicas, como a LuizaCred e PontoCred. Atendemos também a empresas de porte pequeno e médio, ou PMEs, que consistem principalmente de negócios varejistas com vendas anuais de até R\$ 150 milhões. Para empresas com vendas anuais de até R\$ 10 milhões, oferecemos nossos produtos e serviços por intermédio de gerentes de conta exclusivos a este grupo.

As empresas com vendas anuais na faixa de R\$ 10 milhões a R\$ 150 milhões, que tendem a precisar de produtos e serviços customizados, são atendidas pelo Unibanco Empresas, um grupo separado de representantes de conta.

As empresas com vendas superiores a R\$ 150 milhões são atendidas pelo Atacado.

Os empréstimos a grandes clientes devem apresentar as garantias estipuladas nas diretrizes de nosso sistema interno de avaliação de crédito.

História do Unibanco

Em 27 de setembro de 1924, uma carta patente do governo federal do Brasil autoriza o funcionamento da seção bancária da Casa Moreira Salles, uma das mais importantes lojas de comércio de Poços de Caldas, Minas Gerais, fundada por João Moreira Salles em 1918.

A data marca o início da trajetória de sucesso de 80 anos do Unibanco, quarto maior grupo financeiro privado do Brasil.

Em 1931, a seção bancária da Casa Moreira Salles é transformada em uma instituição independente: a Casa Bancária Moreira Salles. A partir daí torna-se, durante uma década, financiadora de destaque de empreendimentos da região, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local.

Com a prosperidade dos negócios, surge, em julho de 1940, o Banco Moreira Salles, resultado da fusão entre a Casa Bancária Moreira Salles, o Banco Machadense e a Casa Bancária de Botelhos.

Começa a expansão das atividades e a expansão do Banco Moreira Salles, que deixa, então, de ser um banco regional do sul de Minas Gerais. São inauguradas as agências do Rio de Janeiro (então capital federal), em abril de 1941, e de São Paulo, em julho de 1942. Já em 1945, com cinco anos de trajetória, a instituição contava com uma rede de 34 unidades, entre matriz, sucursais e agências.

Após 10 anos de atividade, no final de 1950, esse número sobe para 63. O Banco Moreira Salles ultrapassa suas barreiras geográficas e acompanha o processo de modernização, urbanização e industrialização característico do Brasil daquela época. Em 1964 o Banco dispunha de 191 agências.

Em 1966, o Banco Moreira Salles, junto com sócios como a Deltec, a Light and Power Co. e o grupo Azevedo Antunes cria o Banco de Investimento do Brasil (BIB). A criação do BIB decorreu da absorção de duas organizações com tradição no mercado de ações no país: a Deltec e o Ibec (International Basic Economy Corporation, do grupo Rockefeller). A partir daí o Grupo Moreira Salles se destaca por uma característica que iria permear seus negócios no decorrer do tempo: aliar-se à excelência e à experiência já existentes, atraindo talentos.

Nomes como Roberto Teixeira da Costa, Tomas Tomislav Antonin Zinner, Gabriel Jorge Ferreira, Roberto Konder Bornhausen e Israel Vainboim juntaram-se ao grupo com a formação do BIB e iriam comandar a trajetória de sucesso do Unibanco nos anos seguintes.

Quando, certa vez, foi pedido ao embaixador Walther Moreira Salles para que definisse o segredo de seu sucesso empresarial, sua resposta foi: "Só há um segredo. Saber escolher as pessoas". Não há dúvida de que um dos motivos do sucesso do Grupo Moreira Salles e do Unibanco foi o fator humano.

O êxito da Instituição também foi fruto de diversas associações duradouras, muitas delas com parceiros estrangeiros que contribuíram, desde cedo, para que se tivesse uma perspectiva global de negócios e uma atuação constante no mercado internacional.

Alguns desses sócios vieram com o BIB nos anos que se seguiram: o Commerzbank AG em 1968, o Crédit Suisse em 1969, o Dai-Ichi Kangyo Bank em 1972, o Philadelphia International Investment Corporation, o Harris Bankcorp, Inc. e o White Weld em 1973. As parcerias internacionais passariam a ser um dos grandes diferenciais do Grupo Moreira Salles.

Em maio de 1967, o Banco se funde com o Agrimer, Banco Agrícola Mercantil, e surge a sua nova denominação: União de Bancos Brasileiros S.A. (UBB). A UBB nasceu com 8.570 funcionários, 333 agências (a maior rede do Brasil naquela época) e mais de 1 milhão de correntistas, distribuídos em nove estados além do

Distrito Federal. Dois anos depois estava no segundo lugar no ranking de bancos comerciais privados do Brasil.

Em 1970, há a segunda grande incorporação, com a absorção do Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro. Com ela, um novo perfil institucional é instaurado: a popularização como banco de varejo. O encontro da sofisticação financeira do BIB com essa nova cultura aconteceria sem nenhum desgaste, mudando de forma permanente o futuro da União de Bancos Brasileiros.

Pouco depois, em 1972, outro fato importante ocorre: a UBB assume o controle do BIB comprando as participações da Deltec (20%) e do Ibec (19%). Criam-se, então, as condições para que seja constituída uma única diretoria - da qual Roberto Konder Bornhausen seria nomeado principal executivo em 1973 - para comandar um grupo financeiro integrado e coeso.

Para ilustrar essa integração e facilitar a visão de todas as empresas como um grupo assim como a sua comunicação com o público, as 15 empresas passam a ter uma só denominação a partir de 1975: Unibanco. Chega ao mercado o nome que nos últimos 30 anos tornou-se sinônimo de tradição, experiência, excelência em produtos e serviços, compromisso com clientes, crescimento e transparência.

Em 1976, sob a presidência do embaixador Walther Moreira Salles, o conselho de administração é constituído e são lançadas as bases da governança corporativa do Unibanco. Concomitantemente, Roberto Konder Bornhausen assume a presidência da diretoria executiva, cargo que ocupa até 1988, quando passa à vice-presidência do conselho do Unibanco. De 1988 a 1992 a presidência do Unibanco é ocupada por Israel Vainboim, executivo proveniente do antigo BIB. Em 1992 Tomas Tomislav Antonin Zinner, outro ex-integrante do BIB, é nomeado presidente, cargo que ocupa até 1998.

Em 1983 uma associação muda o perfil do setor de seguros no Brasil: a Unibanco Seguradora (12a do ranking àquela época) junta-se à Sul América, líder do setor, por meio de uma troca de participações. Nasce a Sul América Unibanco Seguradora, contando com toda a rede do Unibanco para consolidar sua liderança.

No mesmo ano, em Curitiba, as três primeiras unidades do Banco 24 Horas são abertas ao público. Nelas o cliente podia realizar saques, depósitos ou consultar dados a qualquer hora. No Brasil, o 24 Horas Unibanco foi pioneiro em seu gênero.

Oito anos depois, em 1991, nasce o Banco 30 Horas, marca de sucesso incontestável do Unibanco. O novo serviço tornava o Unibanco disponível a seus clientes por 30 horas: seis na agência e outras 24 ao alcance do telefone. Hoje o serviço conta com diversos canais alternativos, como internet, celular, fax, entre outros. A inovação configura um canal de atendimento ininterrupto e de alto valor agregado para o cliente.

Também em 1991, o embaixador Walther Moreira Salles retira-se da presidência do conselho de administração do Unibanco, após 60 anos de trabalho, para ocupar o posto de presidente de honra do conselho, passando a cuidar das atividades culturais do Conglomerado. Nessa ocasião, durante seu discurso de despedida, o embaixador resumiu a forma de atuar do Unibanco, como também um de seus princípios éticos: "Somos pessoas que atendem pessoas. Por maiores que sejam os recursos tecnológicos à disposição de um banco, ainda assim, ao final de cada comutação eletrônica permanecerá a circunstância simples, irreduzível, de pessoas servindo pessoas".

Foi ainda pensando em pessoas e no desenvolvimento cultural do Brasil que em 1991 nasceu o Instituto Moreira Salles (IMS), destinado à promoção e ao desenvolvimento de programas culturais para o grande público. O IMS passaria a ser presidido pelo embaixador Walther Moreira Salles. Um ano após foi inaugurada a Casa da Cultura de Poços de Caldas, cidade onde tivera origem a Casa Bancária Moreira Salles.

Momento de retorno às raízes, mas também de início de uma década de crescimento, que levaria o Unibanco para o atual patamar de mais de 18 milhões de clientes.

Em 1993, inaugura-se um novo Centro de Processamento de Dados, aumentando em 40% a capacidade de processamento do Unibanco. O investimento realizado pelo banco nessa ampliação lhe garantia o compromisso com a crescente qualidade de seus serviços e já antevia o crescimento substancial que ocorreria em suas operações.

Um dos fatores que contribuíram para tal crescimento foi a aquisição de parte dos ativos, em 1995, do Banco Nacional S.A., operação sem precedentes no mercado brasileiro. Com ela o Unibanco passou a ter uma rede de 1.446 dependências no Brasil, cerca de 2,1 milhões de clientes e uma base de 1,4 milhão de portadores de cartão de crédito. A escala das atividades do Unibanco subiria para outro patamar.

Em 1996, o Unibanco adquire 50% da Fininvest, financeira com grande experiência no segmento de crédito direto ao consumidor e pertencente ao grupo Icatu. Em 1997 dois outros movimentos importantes ocorrem: o Unibanco lança suas ações na NYSE, tornando-se o primeiro banco brasileiro a negociar seus títulos na bolsa de Nova York e associa-se com o grupo financeiro AIG, American International Group.

Com o aumento significativo do volume das suas operações e no intuito de buscar maior agilidade na tomada de decisões, com encurtamento da cadeia de comando, a estrutura organizacional do Unibanco passa a basear-se, a partir de 1998, em quatro pilares: Banco de Varejo, Banco de Atacado, Seguros e Asset Management. A revisão de processos administrativos e operacionais, que viria depois, proporcionou significativa redução de custos e conduziu o Unibanco a novos patamares de eficiência, preparando-o estrategicamente para a competitividade crescente do mercado financeiro nacional e internacional, às vésperas do novo milênio.

O ano de 2000 termina com marcas históricas para o Unibanco: 1.623 pontos de atendimento no Brasil, crescimento do lucro líquido no ano de 25% e aumento de 50% na base de clientes. Isso se deve em parte ao crescimento orgânico, mas também é resultado da aquisição do controle integral da Fininvest, do Credibanco e do Banco Bandeirantes. Com a compra do Bandeirantes, por meio de uma emissão de ações, o Unibanco passou a contar com um novo sócio estrangeiro: a Caixa

Geral de Depósitos.

O maior grupo financeiro de Portugal, que controlava o Bandeirantes, passou a deter 12,3% do capital total do Unibanco, integrando o bloco estratégico de acionistas estrangeiros junto com o alemão Commerzbank AG e o japonês Mizuho Financial Group.

Após a forte consolidação do mercado financeiro na última década do século XX, a estratégia passa a priorizar o crescimento orgânico, ganhos de escala e otimização da base de clientes. No final de 2000 o ContAtiva é lançado. O programa do Banco de Varejo possuía metas agressivas de abertura de contas em um prazo de três anos, e elas foram atingidas com quase um ano de antecedência.

O novo milênio começou com novas parcerias: com a Globex/Ponto Frio, por meio de seu banco InvestCred (atualmente PontoCred); com o Magazine Luiza, formando o LuizaCred. Nessas duas operações no segmento de crédito direto ao consumidor, o Unibanco detém 50% de participação e a gestão dos negócios. Na Fininvest, possui 100% de participação, desde dezembro de 2000. Juntas, as parcerias permitiram a ocupação de posição de destaque na oferta de produtos e serviços a um mercado com grau de bancarização inferior.

Em 2003, o Unibanco adquire a Creditec, consolidando ainda mais sua posição de liderança no segmento de crédito ao consumidor. Pedro Sampaio Malan, ex-presidente do Banco Central do Brasil e ex-ministro da Fazenda, é convidado a ocupar o posto de vice-presidente do conselho de administração. Pedro Bodin, ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, principal executivo do Banco Icatu e um dos principais sócios do grupo Icatu, é eleito membro do Conselho.

Também nesse ano o Unibanco passa por importantes mudanças societárias: uma oferta de permuta dá o direito a todos os acionistas preferenciais de converter suas ações em Units (certificados de depósito de ações representativos de uma ação preferencial da Unibanco Holdings e uma ação preferencial do Unibanco); uma oferta global de dois grandes acionistas, o Mizuho, que vende toda a sua participação, e o Commerzbank, que disponibiliza uma parcela de sua participação,

permite um aumento significativo de liquidez das ações do Unibanco no mercado brasileiro.

Não faltaram motivos para as comemorações dos 80 anos do Unibanco, em 2004. O ano começa com a compra do HiperCard, cartão de crédito private label e principal meio de pagamento das lojas Bompreço, aceito em mais de 70.000 estabelecimentos comerciais do Nordeste. O Unibanco também adquire as operações brasileiras do BNL, Banca Nazionale del Lavoro, e fecha importante parceria com o grupo Sonae para a criação de uma financeira.

No quesito governança corporativa, mudanças significativas acontecem. Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central, é convidado a participar do conselho de administração do Unibanco e Pedro Moreira Salles anuncia importantes mudanças estruturais. A presidência do conselho, até então nas mãos de Pedro Moreira Salles, que se torna presidente executivo, passa a ser exercida por Pedro Sampaio Malan, que já ocupava por um ano a vice-presidência do conselho do Unibanco.

O organograma do Unibanco muda para buscar maior sinergia entre as áreas, com o fim da estrutura de pilares. Joaquim Francisco de Castro Neto, Fernando Sotelino, César Sizenando, Adalberto Schettert, entre outros dirigentes, após anos de dedicação e contribuição ao Unibanco, desligam-se de suas funções executivas. Castro Neto passa a pertencer ao grupo de conselheiros do banco.

é tempo de revisão e renovação. Renovação sempre marcada pelo pioneirismo: o Unibanco foi o primeiro banco brasileiro a aderir aos Princípios do Equador, conjunto de medidas socioambientais utilizadas na avaliação e na concessão de crédito a projetos de infra-estrutura. Por fim, em 2004, após 33 anos de uma bem-sucedida parceria, o Unibanco vendeu sua participação na Credicard para seus outros dois sócios no negócio.

Olhando em retrospectiva, é fato que o Unibanco sempre soube valer-se das oportunidades que surgiram. Seu espírito associativo permitiu a conquista de espaço tanto como banco de investimento quanto como banco comercial. São 80 anos valorizando pessoas, diversificando talentos e negócios, investindo em tecnologia,

relacionamento e produtos. São 80 anos de contínua renovação para formar, a cada passo, sempre um novo Unibanco.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Comparar a evolução dos ativos de crédito dos bancos Itaú e Unibanco.

1.1.2 Objetivo específico:

1. Comparar a evolução dos ativos de crédito dos bancos Itaú e Unibanco do período de Junho de 2004 à Junho 2008;
2. Analisar a composição das carteiras de crédito;
3. Analisar os principais indicadores de risco de crédito.

2 METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo definir o delineamento de pesquisa utilizado para a comprovação do problema estabelecido e será abordado em duas partes: (1) especificação do problema, onde serão apresentadas as perguntas de pesquisa; e (2) a delimitação e design de pesquisa, onde serão abordadas questões relacionadas com o delineamento da pesquisa e o método de coleta e tratamento dos dados de pesquisa.

2.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

2.1.1 Problema

O problema é: “Como foi a evolução dos ativos de crédito dos bancos Itaú e Unibanco no período de Junho de 2004 à Junho de 2008?”

2.1.2 Perguntas de pesquisa

As perguntas de pesquisa listadas a seguir têm como objetivo guiar o esforço de pesquisa, definir o escopo da pesquisa, e juntar conceitualmente a rara literatura fragmentada em que a pesquisa se baseou. Resumidamente, as perguntas de pesquisa proporcionam uma estrutura de organização para as variáveis dependentes e independentes apresentadas e discutidas.

1. Qual é o volume dos ativos de crédito de ambas as empresas?
2. Qual empresa apresentou maior crescimento da carteira de crédito?
3. Qual é a composição da carteira de Crédito?
4. Qual é a Receita de Crédito Bruta?
5. Qual é o Saldo de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa?

6. Qual é a Despesa com Crédito de Liquidação Duvidosa?
7. Qual empresa apresenta os melhores indicadores de crédito?

2.2 DESIGN DA PESQUISA

A pesquisa pode ser definida como um procedimento formal e sistemático que objetiva descobrir respostas aos problemas apresentados (GIL, 1996). De acordo com Marconi e Lakatos (1999), o objetivo da pesquisa é tentar conhecer e apresentar as manifestações que ocorrem no mundo existencial, ou seja, como ocorrem, suas funções e até que ponto podem ser influenciadas e controladas.

2.2.1 Coleta de dados

Os dados para esta pesquisa foram coletados no período de Junho de 2008 a Janeiro de 2009. O objetivo da coleta de dados é o de auxiliar nas conclusões deste estudo de caso. A técnica de pesquisa utilizada no estudo foi a coleta documental.

Os dados utilizados são considerados secundários, ou seja, são informações existentes que já foram coletados, tabulados, ordenados ou até mesmo analisados. As fontes básicas dos dados secundários são: a empresa, a publicação, governo, instituições governamentais e serviços padronizados de marketing.

A vantagem da utilização de dados secundários é a economia de tempo e esforço. A desvantagem é que as informações podem estar desatualizadas.

Para este trabalho os dados foram coletados através dos balanços patrimoniais divulgados no site das próprias empresas.

3 LEVANTAMENTO DOS DADOS

3.1 Introdução

Dados coletados nos balanços divulgados pelas instituições financeiras Itaú e Unibanco, no período de Junho de 2004 à Junho de 2008.

Tabela 5 – Dados dos bancos

ITAÚ	Jun/04	Dez/04	Jun/05	Dez/05	Jun/06	Dez/06	Jun/07	Dez/07	Jun/08
Ativos de Crédito	42.381	47.407	52.348	60.636	67.383	84.148	95.548	115.548	134.879
Pessoa Jurídica	22.905	23.588	23.488	25.527	26.859	35.191	38.741	47.375	57.457
Pessoa Física	15.787	20.181	24.707	30.438	35.701	42.667	50.452	60.384	68.328
Outros	3.689	3.638	4.153	4.671	4.823	6.290	6.355	7.789	9.095
Saldo de Provisão	3.065	3.054	3.242	4.107	5.609	7.431	7.914	7.926	8.388
Despesa de Provisão	746	836	1.074	1.753	2.508	2.997	2.874	2.621	3.223
Receita de Crédito	5.764	4.086	5.243	7.706	8.096	10.199	10.012	11.043	11.169
Transferência Fundo de Provisão	847	903	1.238	1.424	1.382	2.024	3.020	3.179	3.302
Recuperação do Fundo de Provisão	326	328	352	537	376	567	497	571	542

Valores expressos em milhares de Reais

UNIBANCO	Jun/04	Dez/04	Jun/05	Dez/05	Jun/06	Dez/06	Jun/07	Dez/07	Jun/08
Ativos de Crédito	30.045	31.796	35.154	39.875	41.929	45.361	51.644	61.435	68.991
Pessoa Jurídica	17.773	18.694	20.310	22.297	24.231	25.708	28.117	32.426	37.078
Pessoa Física	10.969	11.570	13.358	15.170	15.552	16.562	18.599	22.837	25.653
Outros	1.303	1.532	1.486	2.408	2.146	3.091	4.928	6.172	6.260
Saldo de Provisão	3.065	3.054	3.242	4.107	5.609	7.431	7.914	7.926	8.388
Despesa de Provisão	746	836	1.074	1.753	2.508	2.997	2.874	2.621	3.223
Receita de Crédito	5.764	4.086	5.243	7.706	8.096	10.199	10.012	11.043	11.169
Transferência Fundo de Provisão	847	903	1.238	1.424	1.382	2.024	3.020	3.179	3.302
Recuperação do Fundo de Provisão	326	328	352	537	376	567	497	571	542

Valores expressos em milhares de Reais

Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

4 ANÁLISE DO PROBLEMA

4.1 Introdução

Neste capítulo examina-se o desempenho da atividade de crédito do bancos Itaú e Unibanco, levando em conta aspectos relacionados ao risco de crédito que cada empresa possui em sua estratégia . As operações de crédito terão destaque, pois são o foco principal do trabalho.

Este estudo compara os indicadores de crédito baseados nos resultados demonstrados em seus balanços semestrais.

4.2 Desenvolvimento

4.2.1 Carteira de Crédito

Segundo Tsuru, Crédito é todo ato, vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, depois de decorrido o tempo estipulado.

O Banco Central do Brasil divulgou a Resolução 2.682/1999, onde constam os critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Segue Resolução 2.682. Fonte: Bacen

RESOLUCAO 2.682

Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 21 de dezembro de 1999,

com base no art. 4º, incisos XI e XII, da citada Lei,

R E S O L V E U:

Art. 1º Determinar que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operações de crédito, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis:

I - nível AA;

II - nível A;

III - nível B;

IV - nível C;

V - nível D;

VI - nível E;

VII - nível F;

VIII - nível G;

IX - nível H.

Art. 2º A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - em relação ao devedor e seus garantidores:

a) situação econômico-financeira;

b) grau de endividamento;

c) capacidade de geração de resultados;

d) fluxo de caixa;

e) administração e qualidade de controles;

f) pontualidade e atrasos nos pagamentos;

g) contingências;

h) setor de atividade econômica;

i) limite de crédito;

II - em relação à operação:

- a) natureza e finalidade da transação;
- b) características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez;
- c) valor.

Parágrafo único. A classificação das operações de crédito de titularidade de pessoas físicas deve levar em conta, também, as situações de renda e de patrimônio bem como outras informações cadastrais do devedor.

Art. 3º A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco, admitindo-se excepcionalmente classificação diversa para determinada operação, observado o disposto no art. 2º, inciso II.

Art. 4º A classificação da operação nos níveis de risco de que trata o art. 1º deve ser revista, no mínimo:

I - mensalmente, por ocasião dos balancetes e balanços, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, devendo ser observado o que segue:

- a) atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;
- b) atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;
- c) atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;
- d) atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;
- e) atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;
- f) atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo;
- g) atraso superior a 180 dias: risco nível H;

II - com base nos critérios estabelecidos nos arts. 2º e 3º:

a) a cada seis meses, para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante seja superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido ajustado;

b) uma vez a cada doze meses, em todas as situações, exceto na hipótese prevista no art. 5º.

Parágrafo 1º As operações de adiantamento sobre contratos de câmbio, as de

financiamento à importação e aquelas com prazos inferiores a um mês, que apresentem atrasos superiores a trinta dias, bem como o adiantamento a depositante a partir de trinta dias de sua ocorrência, devem ser classificados, no mínimo, como de risco nível G.

Parágrafo 2º Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I.

Parágrafo 3º O não atendimento ao disposto neste artigo implica a reclassificação das operações do devedor para o risco nível H, independentemente de outras medidas de natureza administrativa.

Art. 5º As operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ter sua classificação revista de forma automática unicamente em função dos atrasos consignados no art. 4º, inciso I, desta Resolução, observado que deve ser mantida a classificação original quando a revisão corresponder a nível de menor risco.

Parágrafo 1º O Banco Central do Brasil poderá alterar o valor de que trata este artigo.

Parágrafo 2º O disposto neste artigo aplica-se às operações contratadas até 29 de fevereiro de 2000, observados o valor referido no caput e a classificação, no mínimo, como de risco nível A.

Art. 6º A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação dos percentuais a seguir mencionados, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores das instituições pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos:

I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;

II - 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;

III - 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;

IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;

V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;

VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;

VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações

classificados como de risco nível G;

VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.

Art. 7º A operação classificada como de risco nível H deve ser transferida para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior.

Parágrafo único. A operação classificada na forma do disposto no caput deste artigo deve permanecer registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

Art. 8º A operação objeto de renegociação deve ser mantida, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificada, observado que aquela registrada como prejuízo deve ser classificada como de risco nível H.

Parágrafo 1º Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

Parágrafo 2º O ganho eventualmente auferido por ocasião da renegociação deve ser apropriado ao resultado quando do seu efetivo recebimento.

Parágrafo 3º Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

Art. 9º É vedado o reconhecimento no resultado do período de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos.

Art. 10. As instituições devem manter adequadamente documentadas sua política e procedimentos para concessão e classificação de operações de crédito, os quais devem ficar à disposição do Banco Central do Brasil e do auditor independente.

Parágrafo único. A documentação de que trata o caput deste artigo deve evidenciar, pelo menos, o tipo e os níveis de risco que se dispõe a administrar, os requerimentos mínimos exigidos para a concessão de empréstimos e o processo de autorização.

Art. 11. Devem ser divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras informações detalhadas sobre a composição da carteira de operações de crédito, observado, no mínimo:

I - distribuição das operações, segregadas por tipo de cliente e atividade econômica;

II - distribuição por faixa de vencimento;

III - montantes de operações renegociadas, lançados contra prejuízo e de operações recuperadas, no exercício.

Art. 12. O auditor independente deve elaborar relatório circunstanciado de revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras.

Art. 13. O Banco Central do Brasil poderá baixar normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução, bem como determinar:

I - reclassificação de operações com base nos critérios estabelecidos nesta Resolução, nos níveis de risco de que trata o art. 1º;

II - provisionamento adicional, em função da responsabilidade do devedor junto ao Sistema Financeiro Nacional;

III - providências saneadoras a serem adotadas pelas instituições, com vistas a assegurar a sua liquidez e adequada estrutura patrimonial, inclusive na forma de alocação de capital para operações de classificação considerada inadequada;

IV - alteração dos critérios de classificação de créditos, de contabilização e de constituição de provisão;

V - teor das informações e notas explicativas constantes das demonstrações financeiras;

VI - procedimentos e controles a serem adotados pelas instituições.

Art. 14. O disposto nesta Resolução se aplica também às operações de arrendamento mercantil e a outras operações com características de concessão de crédito.

Art. 15. As disposições desta Resolução não contemplam os aspectos fiscais, sendo de inteira responsabilidade da instituição a observância das normas pertinentes.

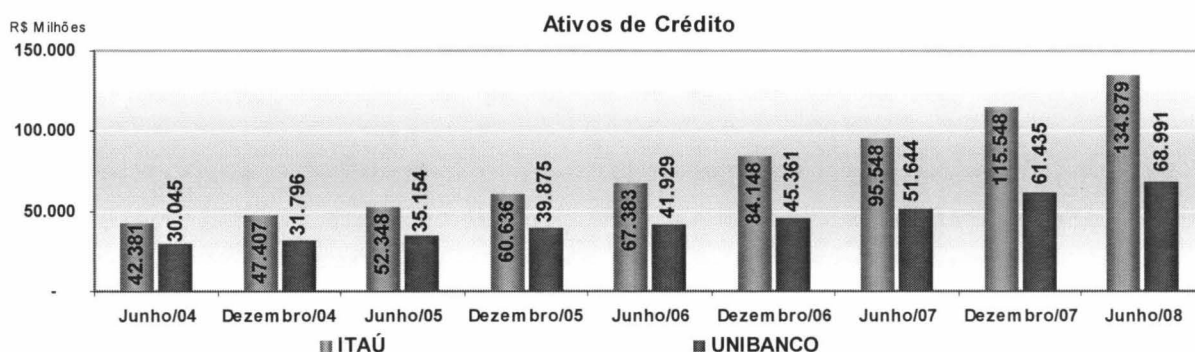
Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2000, quando ficarão revogadas as Resoluções nºs 1.748, de 30 de agosto de 1990, e 1.999, de 30 de junho de 1993, os arts. 3º e 5º da Circular nº 1.872, de 27 de dezembro de 1990, a alínea "b" do inciso II do art. 4º da Circular nº 2.782, de 12 de novembro de 1997, e o Comunicado nº 2.559, de 17 de outubro de 1991.

Brasília, 21 de dezembro de 1999

Arminio Fraga Neto
Presidente

A carteira de ativos de Crédito do banco Itaú em Junho de 2004 era de R\$ 42.381 milhões (quarenta e dois bilhões e trezentos e oitenta e um reais) e atingiu R\$ 134.879 milhões (cento e trinta e quatro bilhões e oitocentos setenta e nove milhões de reais) em Junho de 2008 enquanto a do Unibanco iniciou o período de estudo em R\$ 30.045 milhões (trinta bilhões e quarenta e cinco milhões) e finalizou com R\$ 68.991 milhões (sessenta e oito bilhões e novecentos noventa e um reais).

Gráfico 1

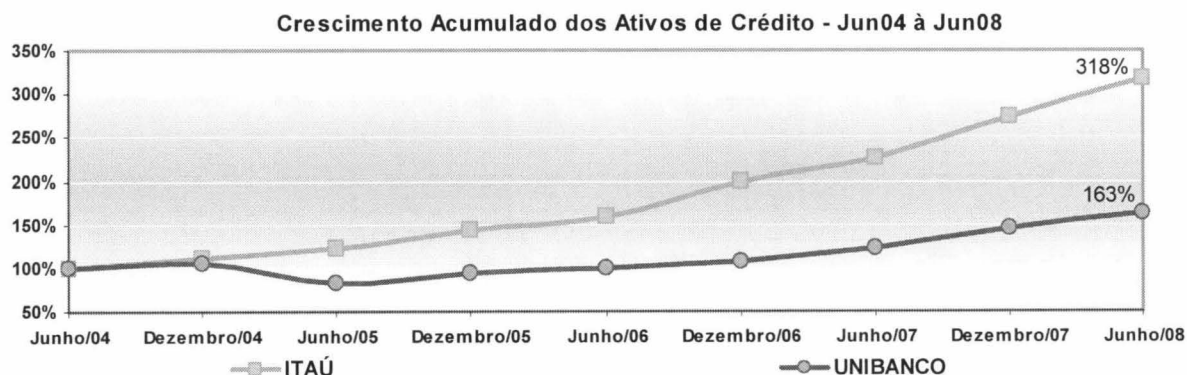


Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

4.2.2 Crescimento Acumulado da Carteira de Crédito

O crescimento acumulado da carteira de crédito do banco Itaú foi de 318% e do banco Unibanco 163%.

Gráfico 2

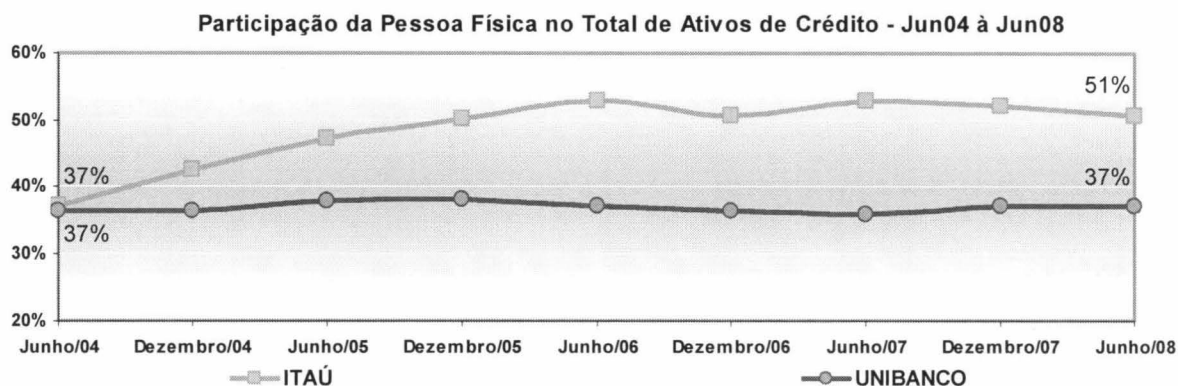


Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

4.2.3 Composição da Carteira de Crédito

A participação de créditos destinados para Pessoas Físicas no banco Itaú era de 37% em Junho de 2004 e passou para 51% em Junho de 2008. No banco Unibanco era de 37% em Junho 2004 e passou para 37% em Junho de 2008.

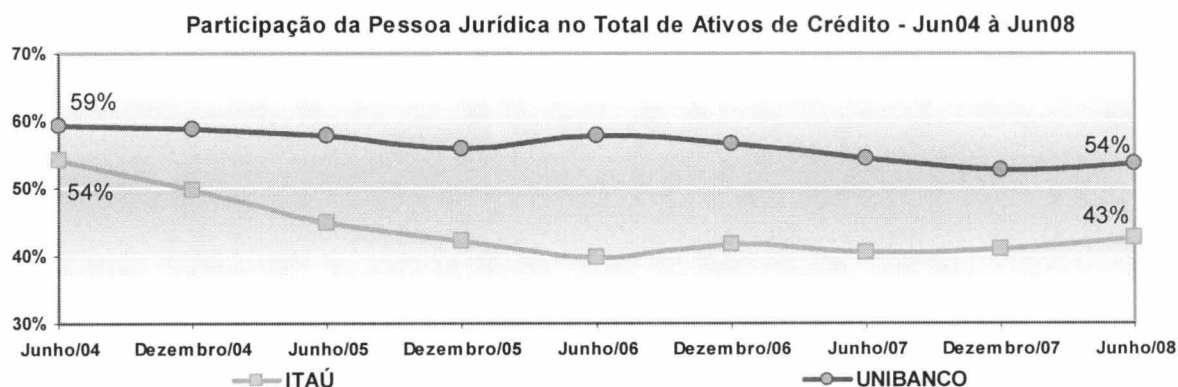
Gráfico 3



Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

A participação de créditos destinados para Pessoas Jurídicas no banco Itaú era de 59% em Junho de 2004 e passou para 54% em Junho de 2008. No banco Unibanco era de 54% em Junho 2004 e passou para 43% em Junho de 2008.

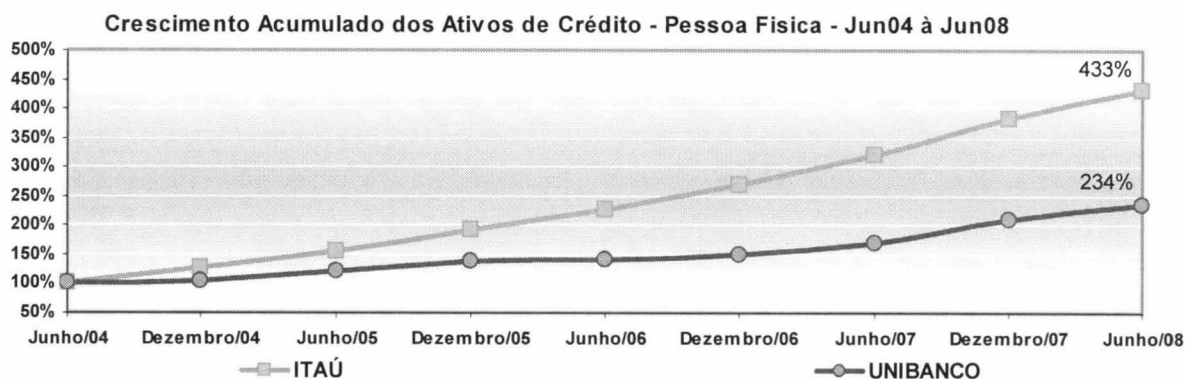
Gráfico 4



Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

O crescimento acumulado da carteira de crédito destinado para Pessoas Físicas do banco Itaú foi de 433% e no banco Unibanco 234%.

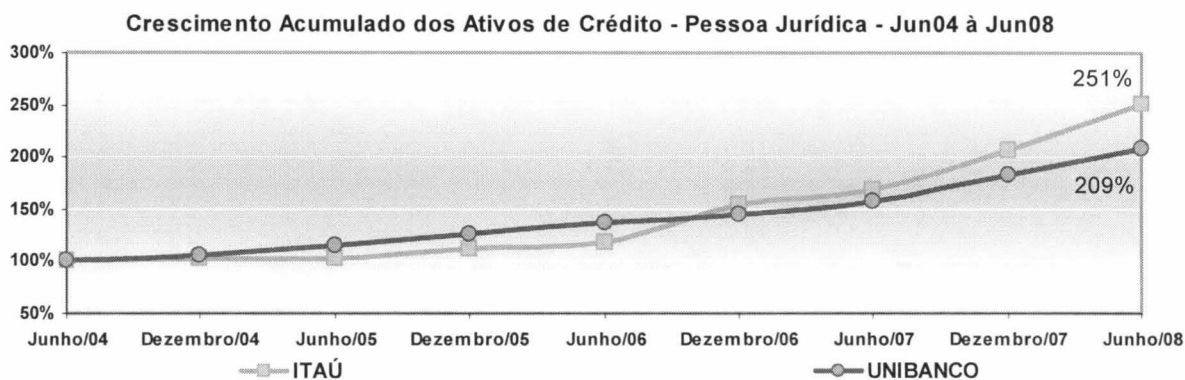
Gráfico 5



Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

O crescimento acumulado da carteira de crédito destinado para Pessoas Jurídicas do banco Itaú foi de 251% e no banco Unibanco 209%.

Gráfico 6

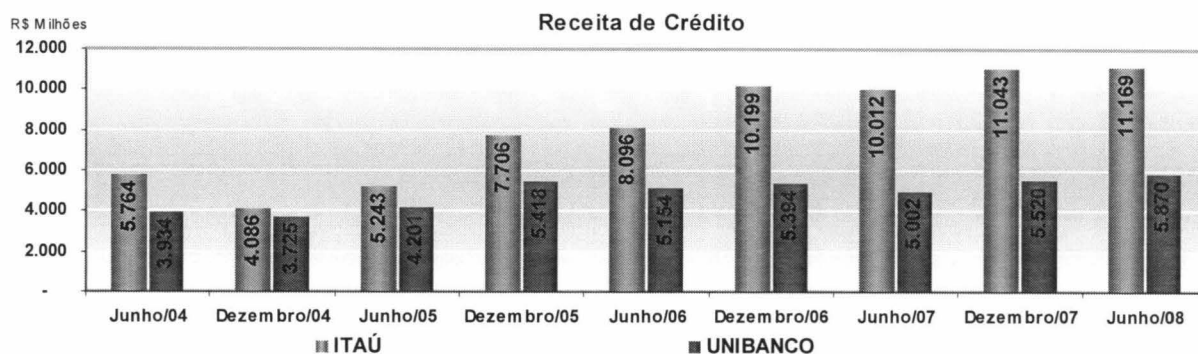


Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

4.2.4 Receita de Crédito

A receita de crédito do banco Itaú em Junho de 2004 era de R\$ 5.764 milhões (cinco bilhões e setecentos sessenta e quatro milhões de reais) e atingiu R\$ 11.169 milhões (onze bilhões e cento sessenta e nove milhões de reais) em Junho de 2008 enquanto a do banco Unibanco iniciou o período de estudo em R\$ 3.934 milhões (três bilhões e novecentos trinta e quatro milhões de reais) e finalizou com R\$ 5.870 milhões (cinco bilhões e oitocentos e setenta milhões de reais).

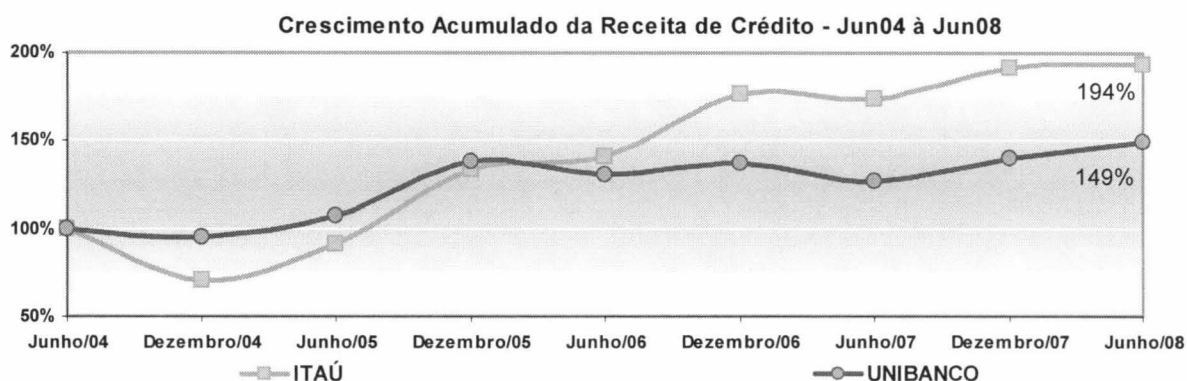
Gráfico 7



Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

O crescimento acumulado da receita de crédito do banco Itaú foi de 194% e no banco Unibanco 149%.

Gráfico 8

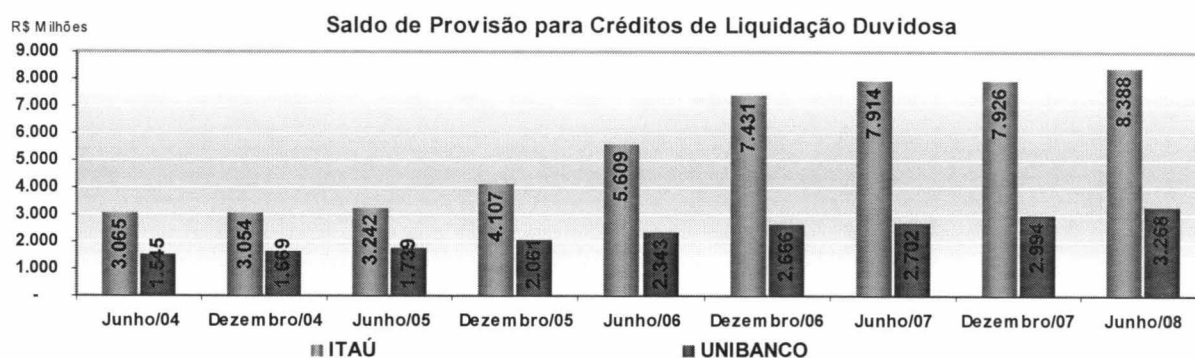


Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

4.2.5 Saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O Saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa do banco Itaú em Junho de 2004 era de R\$ 3.065 milhões (três bilhões e sessenta e cinco milhões de reais) e atingiu R\$ 8.388 milhões (oito bilhões e trezentos e oitenta e oito milhões de reais) em Junho de 2008 e o do banco Unibanco iniciou o período de estudo em R\$ 1.545 milhões (um bilhão e quinhentos e quarenta e cinco milhões de reais) e finalizou com R\$ 3.268 milhões (três bilhões e duzentos e sessenta e oito milhões de reais).

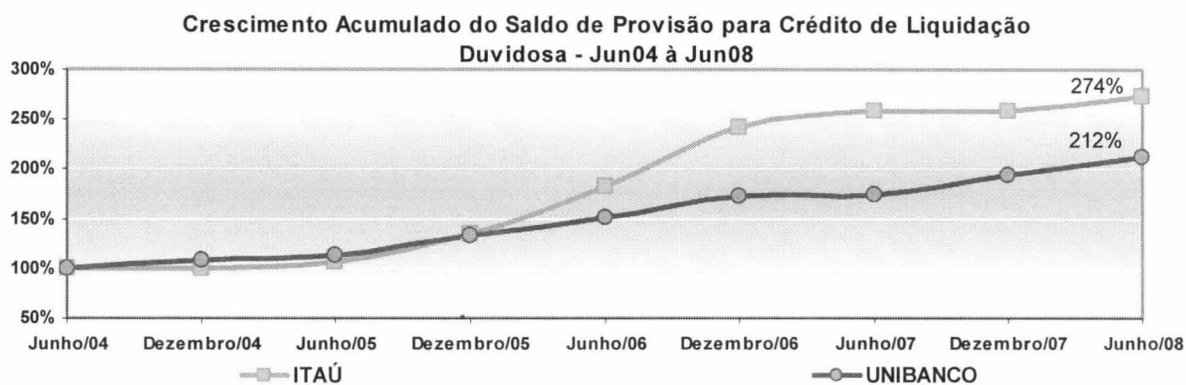
Gráfico 9



Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

O crescimento acumulado do Saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa do banco Itaú foi de 274% e no banco Unibanco 212%.

Gráfico 10

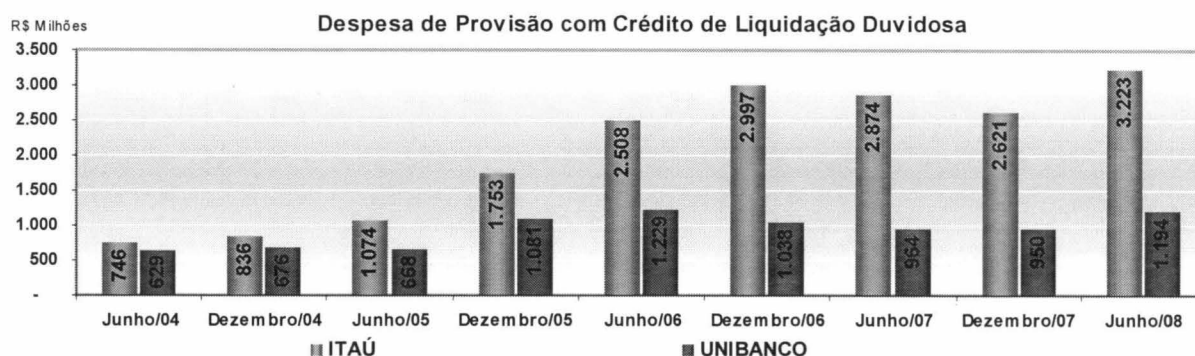


Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

4.2.6 Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Despesa de Provisão com Crédito de Liquidação Duvidosa do banco Itaú em Junho de 2004 era de R\$ 746 milhões (setecentos quarenta e seis milhões de reais) e atingiu R\$ 3.223 milhões (três bilhões e duzentos vinte e três milhões de reais) em Junho de 2008 e a do banco Unibanco iniciou o período de estudo em R\$ 629 milhões (seiscentos vinte e nove milhões de reais) e finalizou com R\$ 1.194 milhões (um bilhão e cento e noventa e quatro milhões de reais).

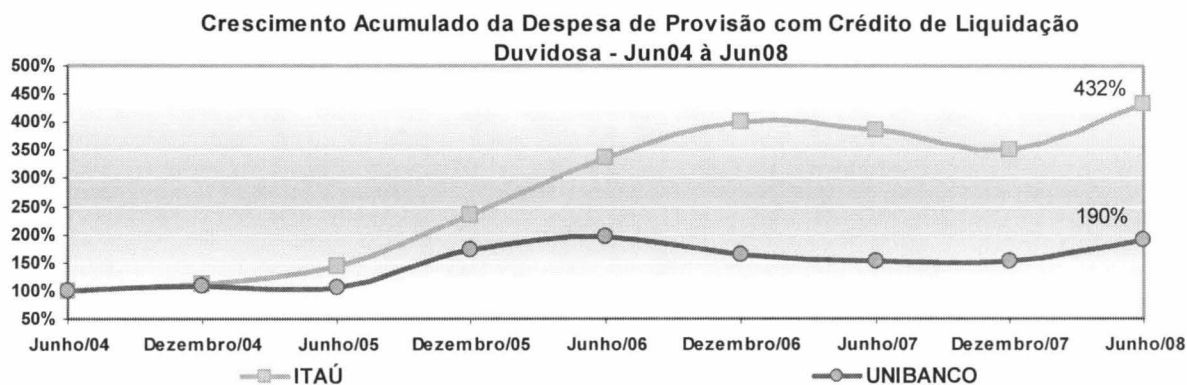
Gráfico 11



Fonte: Sites <http://www.itau.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

O crescimento acumulado da Despesa de Provisão com Crédito de Liquidação Duvidosa do banco Itaú foi de 432% e no banco Unibanco 190%.

Gráfico 12

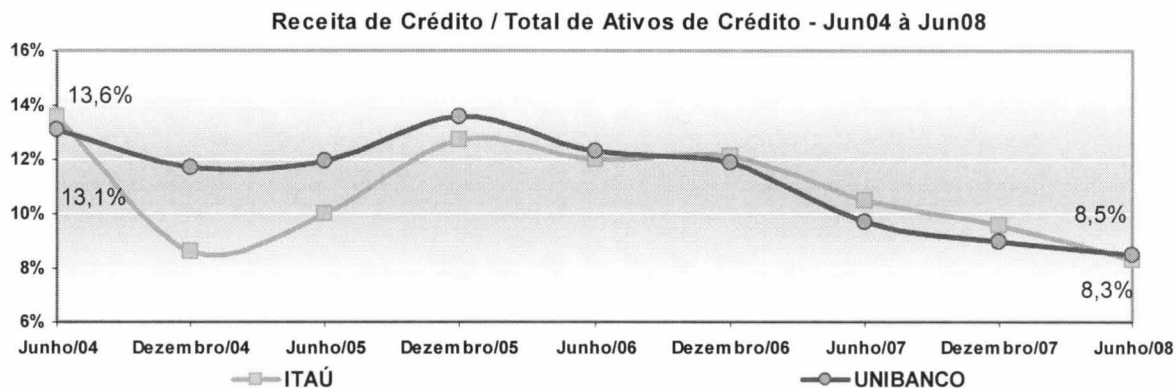


Fonte: Sites <http://www.itau.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

4.2.7 Indicadores

A Receita de Crédito / Total de Ativos de Crédito do banco Itaú em Junho de 2004 era de 13,6% e atingiu 8,5% em Junho de 2008 e a do banco Unibanco iniciou o período de estudo em 13,1% e finalizou com 8,3%.

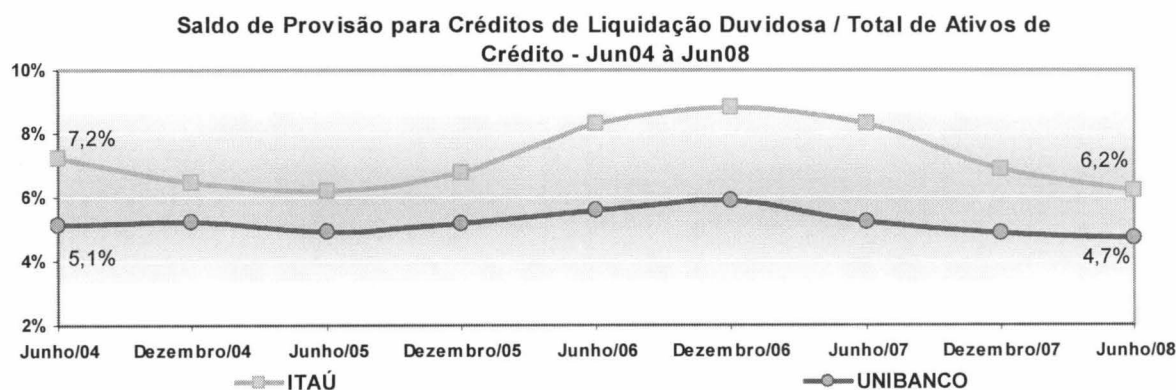
Gráfico 13



Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

O Saldo de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa / Total de Ativos de Crédito do banco Itaú em Junho de 2004 era de 7,2% e atingiu 6,2% em Junho de 2008 e a do banco Unibanco iniciou o período de estudo em 5,1% e finalizou com 4,7%.

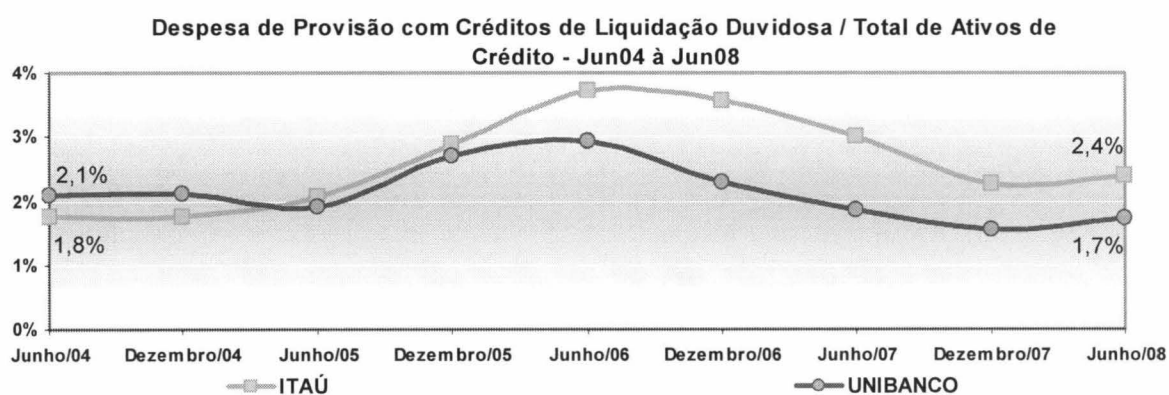
Gráfico 14



Fonte: Sites <http://www.itaú.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

A Despesa de Provisão com Crédito de Liquidação Duvidosa / Total de Ativos de Crédito do banco Itaú em Junho de 2004 era de 1,8% e atingiu 2,4% em Junho de 2008 e a do banco Unibanco iniciou o período de estudo em 2,1% e finalizou com 1,7%.

Gráfico 15



Fonte: Sites <http://www.itaubank.com.br/> e <http://www.unibanco.com.br/>

5 CONCLUSÃO

A carteira de ativos de Crédito do banco Itaú teve um crescimento acumulado de 318% bem maior do que a do Unibanco a qual cresceu 163% atingindo R\$ 134.879 milhões (cento e trinta e quatro bilhões e oitocentos setenta e nove milhões de reais) e R\$ 68.991 milhões (sessenta e oito bilhões e novecentos noventa e um reais) respectivamente.

A participação de créditos destinados para Pessoas Físicas no total de Ativos no banco Itaú apresenta crescimento, partindo de 37% e alcançando 51%. Já no Unibanco a participação permanece estável em 37%. A participação de créditos destinados para Pessoas Jurídicas apresenta redução para ambas as empresas.

A receita de crédito do banco Itaú apresenta um crescimento acumulado de 194% enquanto o Unibanco 149% no mesmo período.

O crescimento acumulado do Saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa do banco Itaú foi de 274% e no banco Unibanco 212%, suportado pela evolução da carteira de crédito

O crescimento acumulado da Despesa de Provisão com Crédito de Liquidação Duvidosa do banco Itaú foi de 432% consideravelmente maior do que a do banco Unibanco 190%.

O banco Itaú apresenta uma expansão maior do que o Unibanco.

Em Outubro de 2008 as duas empresas efetuaram fusão, tornando-se a maior instituição financeira do Brasil.

GLOSSÁRIO

Ativos de Crédito: Formada pelas Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

BACEN: Sigla do Banco Central do Brasil. Órgão responsável pela estabilidade do poder de compra da moeda nacional através da formação e gestão de política monetária e cambial. É o órgão responsável também pela regulamentação e pela supervisão do Sistema Financeiro Nacional.

Captação: ato que objetiva levantar recursos visando ao investimento em determinada atividade.

Despesa de Provisão: Valor baixado como prejuízo

Mercado de crédito: conjunto das instituições em que se realizam operações de financiamento a curto e médio prazo, consumo corrente e dos bens duráveis, além do capital de giro das empresas. Os principais atuantes desse mercado são bancos comerciais e múltiplos, além de companhias financeiras.

PIB: Produto Interno Bruto

Retorno: resultado esperado ou realizado por um investimento.

Risco: incerteza associada ao retorno de um investimento. Geralmente é representado pelo desvio padrão, ou seja, pela oscilação das taxas de retorno em torno de sua média.

Spreads: diferença entre o custo de um ativo e seu preço de venda. É o ganho auferido pela instituição financeira nas suas transações.

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Ed. Atlas, 1996

MARCONE, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria **Técnicas de Pesquisa**, São Paulo: Atlas, 1996

TSURU, Sérgio Kazuo; CANTA, Sérgio Alexandre **Crédito no Varejo para pessoas físicas e jurídicas**, Curitiba: IBPEX, 2007

UNIBANCO

http://www.unibanco.com.br/vste/exc_hom/index.asp, acessado em 10/03/2009

ITAÚ

<http://www.itaubank.com.br/>, acessado em 10/03/2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

<http://www.bcb.gov.br/>, acessado em 10/03/2009.